



ANO 1 | Número 1 | Maio de 2014

CIDADANIA

Revista do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade



1

ACABAR COM A FOME
E A MISTÉRIA



2

TRANSIÇÃO RÁPIDA
DE QUALIDADE PARA
TODOS



3

CONSCIENTE ENTRE
SEXOS E DIVERSIDADE
DE GÊNERO



4

RESGATE E
RECONSTRUÇÃO INFANTIL



5

DESENVOLVIMENTO E SAÚDE
DOS SUJEITOS



6

SAÚDE E BEM-ESTAR
DE TODOS OS CIDADÃOS



7

DESENVOLVIMENTO DE TODOS
E PROSPERIDADE
DE TODOS OS CIDADÃOS



8

PAZ E JUSTIÇA
SOCIAL, ECONÔMICA
E CULTURAL

O Desafio da Agenda de Sustentabilidade para o Setor Privado

PÁGINA 14

O Brasil e os ODM

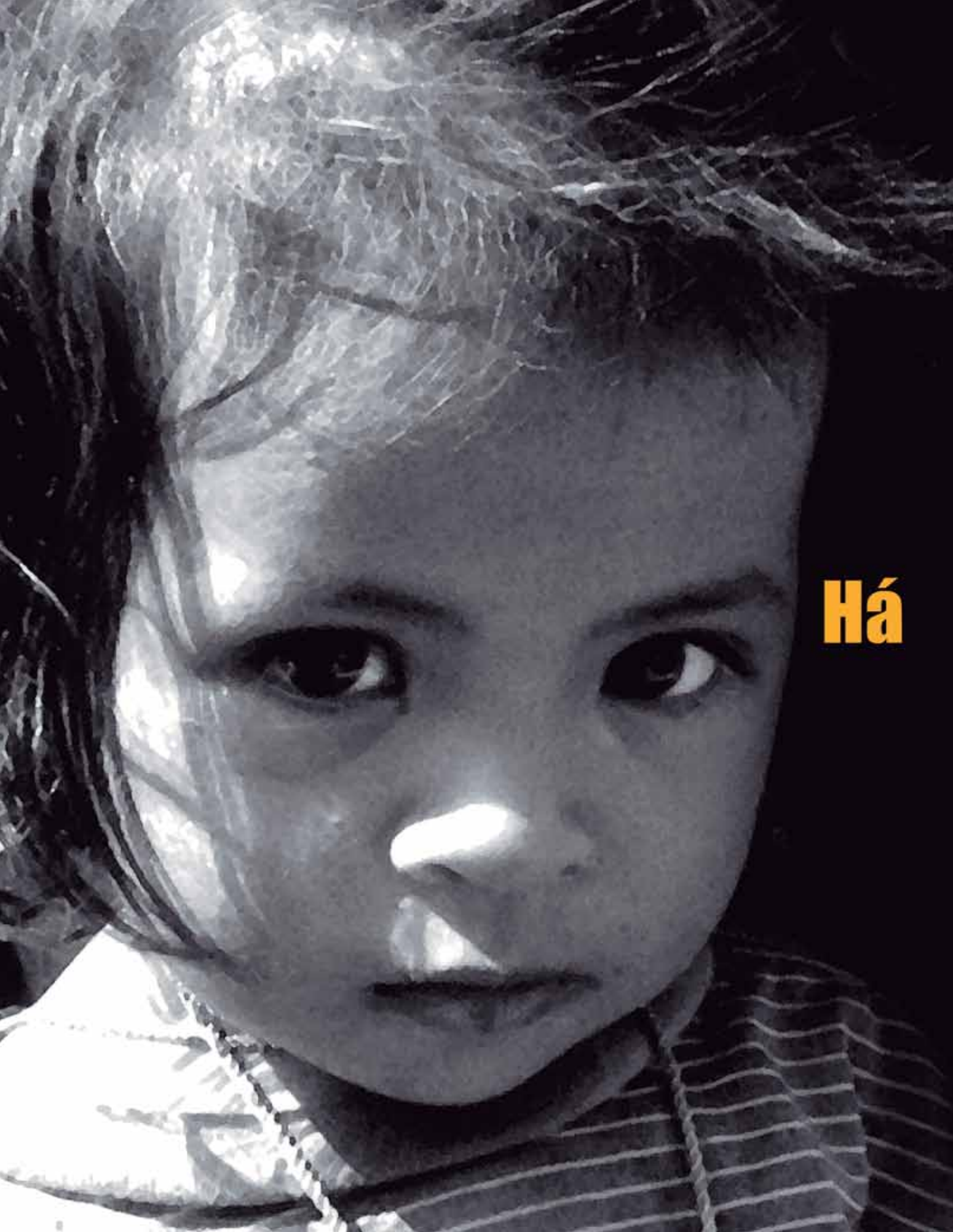
PÁGINA 8

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

PÁGINA 18



MOVIMENTO NACIONAL PELA CIDADANIA E SOLIDARIEDADE



Há

O Brasil melhorou e você ajudou.
ESSE PRÊMIO É SEU

um mundo bem melhor



21 A 23 DE MAIO DE 2014
CERIMÔNIA DE PREMIAÇÃO DA 5ª EDIÇÃO DO PRÊMIO ODM
INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES
WWW4.PLANALTO.GOV.BR/ARENADAPARTICIPACAOSOCIAL



A revista +Cidadania é uma publicação do
Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade
www.nospodemos.org.br

SECRETARIA NACIONAL

Rodrigo da Rocha Loures
Secretário Executivo Nacional

Odilon Luís Faccio
Secretário Executivo Nacional Adjunto

Maria Aparecida Zago Udenal (Cidinha)
Secretária Nacional de Mobilização

Inalda Barros Beder
Secretária Nacional de Mobilização Adjunta

ARTICULADORES REGIONAIS (Efetivos e Adjuntos)

Norte I - Amapá, Pará e Tocantins

Patrícia Miranda Menezes - Pará
Paula Rodrigues Zerbini - Tocantins
Maria Odete Simões da Costa - Pará
Freed Rodrigues Lustosa - Tocantins

Norte II - Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia

Francilene de A. Lima Guedes - Amazonas
Glanaide Bem - Rondônia
Sandra Maria Leocádio Menezes - Roraima
Jacimar Antonio Silva - Acre

Nordeste I - Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe

Selda Cabral da Silva - Pernambuco
Maria Márcia Almeida Guimarães - Bahia

Nordeste II - Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte

João da Silva Evangelista - Ceará
Maria do Perpétuo Socorro de Almeida - Rio Grande do Norte

Centro Oeste - Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Alexsandro Jorge Lima - Goiás
Fernando José Gramaccini - Distrito Federal
Ismael da Silva Machado - Mato grosso do Sul

Sudeste - Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo

Girleene Reis - Minas Gerais
Telmo Lopes Sodré Filho - Espírito Santo

Sul - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

João Batista Thomé - Santa Catarina
Daicon Maciel da Silva - Rio Grande do Sul
Nelson Canabarro de Oliveira - Paraná
Dilmar Franchini - Santa Catarina

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Brasil

Jorge Chediek
Representante Residente

Arnaud Peral
Representante Residente Adjunto

Maristela Baioni
Representante Residente Assistente

REALIZAÇÃO

Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade – MNCS
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD
Secretaria Geral da Presidência da República – SG/PR

PARCEIROS



PROJETO

Secretário Executivo Adjunto/MNCS: Odilon Luís Faccio

Jornalista Responsável: Cláudio Schuster (MTe-SC924/JP)

Redação: Cláudio Schuster, Linete Martins, Jéssica Lipinski

Fotografia: Anissathompson, Benjamim Earwicker, Jesuíno Sousa, Linete Martins, Luciano Lanes, MJ Coelho, Roberto Stuckert Filho, Sérgio Vignes, Banco de Imagens IPP

Projeto gráfico/editação/ilustrações: Maria José H. Coelho (MTe/PR930/JP)

Foto Capa: Linete Martins

Sede da Secretaria Executiva Adjunta
Instituto Primeiro Plano
Rua João Pinto, 30 - sala 803 - Centro - Florianópolis - SC
Fone (48) 3025-3949 / 3025-1079



O Brasil e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

PÁGINA 8

Desigualdades, apesar do impressionante progresso

PÁGINA 11



Brasil é destaque positivo com aumento de salário mínimo

PÁGINA 13

O desafio da agenda de sustentabilidade para o setor privado

PÁGINA 14



Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

PÁGINA 18

Um movimento pela construção do mundo que queremos

PÁGINA 24



O Prêmio ODM chega à 5ª edição

PÁGINA 27



Notas

PÁGINA 30

A meta mais difícil de conquistar

PÁGINA 32



Agenda pós-2015

PÁGINA 36



A maior riqueza de um país são as pessoas, que constroem a sua cultura, identidade, a vida. Esta é a principal razão de ser do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade (MNCS). A nossa história e compromisso maior é com o nosso povo, promovendo a melhoria de vida de todos nos municípios, estados e no Brasil, por meio dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Exige muita ação, discussão e comprometimento.

Num país continental como o Brasil, aglutinar centenas de organizações da sociedade civil, empresas, universidades, igrejas e governos num mesmo objetivo, requer, além de muito debate, desprendimento e espírito cooperativo, solidariedade. E mais: paixão por fazer o bem comum. Por isso adotamos o nosso lema de Nós Podemos. Porque somente juntos podemos ter um mundo melhor. Cooperação, ao invés de projetos individuais.

Unidos pelos mesmos objetivos

Para enfrentarmos a nova fase, a partir de 2015 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é também necessário perseverança e muitos - e novos - instrumentos de trabalho. Neste sentido, é com satisfação que apresentamos a Revista + Cidadania, do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade/Nós Podemos. A ideia é que esta publicação seja mais um canal de informações, notícias, exemplos de projetos e ações, que promova a cooperação entre os diferentes atores, pessoas, governos envolvidos com os ODM.

A revista pretende, também, contribuir com o fortalecimento de valores como a solidariedade e cooperação, tão necessárias e tão presentes na alma do povo brasileiro. Porém, são questões que, muitas vezes, ficam acanhadas diante do egoísmo e da ganância. Escolhemos o nome de + Cidadania porque sintetiza o que fazemos e a necessidade primordial de compartilharmos as ações do desenvolvimento com a população do nosso país, incentivando, cada vez mais, a participação e a cidadania. Hoje somos a 7ª economia mundial e consideramos contraditório que ainda exista pobreza em nosso país. Precisamos de um modelo de

desenvolvimento sustentável: socialmente inclusivo, ambientalmente equilibrado e economicamente justo. Precisamos de + Cidadania!

Nossa meta, em cada edição, é tratar de um ODM, expondo a situação atual do Brasil e indicando ações, soluções, projetos ou políticas públicas que deram certo. Vamos priorizar muito e valorizar as parcerias e projetos em cooperação como esta revista, materializada graças à cooperação de várias organizações públicas, sociais e empresariais. Continuaremos tratando sobre a transição dos ODM para os ODS na agenda Pós-2015.

Esperamos, assim, vencer uma nova etapa contando com a imensa e valiosa participação das pessoas envolvidas com os ODM e todos os recantos do nosso imenso Brasil.

Nós torcemos para que o Brasil...



...derrote a fome e a miséria



...marque um gol a favor da educação



...ponha a discriminação para escanteio



...elimine a mortalidade infantil



...proteja os futuros campeões



...expulse a aids, a malária e outras doenças



...jogue no campo do meio ambiente



...convoque todos para o desenvolvimento

Essa vitória é de todos!

8 JEITOS DE
MUDAR O MUNDO





O Brasil e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Por **RAFAEL GUÉ MARTINI**

“O Brasil avançou política, econômica e socialmente sem comprometer sequer uma das liberdades democráticas. Cumprimos quase todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, antes de 2015. Saíram da pobreza e ascenderam para a classe média no meu país quase 40 milhões de brasileiras e brasileiros. Tenho plena convicção de que cumprimos nossa meta de, até o final do meu governo, erradicar a pobreza extrema no Brasil”.

Estas palavras foram pronunciadas pela presidenta Dilma Rousseff na abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), no mês de setembro de 2013. E não há dúvida de que as transformações ocorridas nos últimos anos impactaram positivamente na qualidade de vida dos brasileiros e das brasileiras.

Um bom termômetro dessa melhoria são as ações do governo brasileiro para cumprir os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Já em 2003, o governo criou um grupo interministerial para acompanhar o andamento das metas do milênio no país. Por meio do lançamento de quatro relatórios nacionais de acompanhamento, foi possível verificar que o Brasil tem grandes chances de cumprir as metas estabelecidas até 2015.



Dilma Rousseff na abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)

O governo brasileiro não está sozinho nessa tarefa. A participação da sociedade civil, consolidada por meio do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade (MNCS) desde 2004, faz do Brasil um exemplo para o mundo em relação à participação social nos ODM. As parcerias do Movimento são amplas nos 26 estados do país e no Distrito Federal (DF), por meio de núcleos estaduais, regionais e municipais. Envolve o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Secretaria Geral da Presidência da República, a sociedade civil, governos estaduais, prefeituras, empresas, universidades e milhares de voluntários que se dedicam a ajudar sem qualquer custo a melhorar a vida da população.

A participação social se dá também por meio do Prêmio ODM Brasil, que está em sua 5ª edição. O Prêmio foi instituído em 2005 pelo governo brasi-

leiro, em conjunto com o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para disseminar e reconhecer iniciativas que contribuem notavelmente para o país atingir as metas.

O Brasil tem obtido várias conquistas. Em relação ao primeiro objetivo, o governo estabeleceu metas mais ousadas, de erradicar a fome e de reduzir a pobreza extrema a um quarto da população até 2015, em relação aos dados de 1990. A meta foi alcançada em 2007 e superada em 2008.

Nos últimos anos, o Brasil tirou 28 milhões de da pobreza, mas ainda há 16,2 milhões de pessoas que vivem na extrema pobreza. Para esses brasileiros e brasileiras o Governo Federal lançou o Plano Brasil sem Miséria, que aperfeiçoa e amplia a experiência do país na área social.



A pobreza diminuiu 51,9% entre 2002 e 2009, (Pesquisa do IBGE, 03/05/2011); a renda per capita média brasileira subiu 23,7% em termos reais entre 2001 e 2009 (IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD) e a renda dos mais pobres no Brasil subiu 69,08% entre 2001 e 2009. Entre os mais ricos, a taxa de crescimento atingiu 12,8% (PNAD). Esses indicadores permitem afirmar que houve uma queda histórica e persistente de desigualdade no país, o que fez com que 36 milhões de brasileiros passassem a integrar a classe média.

O salário mínimo aumentou e a renda de aposentados e pensionistas também. As políticas sociais do governo e as de geração de empregos contribuíram para a ampliação do mercado interno. O acesso universal à educação primária também avançou; a taxa de matrícula das crianças em idade escolar está em cerca de 95% e o analfabetismo entre jovens de 15 a 24 anos foi reduzido.

A taxa de mortalidade das crianças abaixo de cinco anos apresentou queda de 58% entre 1990 e 2008 e, caso a tendência persista, o Brasil atingirá sua meta antes do prazo. As metas relacionadas ao HIV/AIDS, à malária e à tuberculose estão sendo cumpridas, com programas de tratamento e assistência que alcançam, atualmente, cerca de 220 mil pessoas – das quais 190 mil recebem antirretrovirais.

Para 2015, projeções indicam que o Brasil deverá reduzir a mortalidade materna pela metade. Esse desafio vem sendo enfrentado por diversas políticas públicas, dentre as quais se destacam a Rede Cegonha, a atenção pré-natal e a assistência ao parto, disponibilizadas pelo Sistema Único de Saúde, o SUS.

O Brasil alcançou a meta de reduzir pela metade a proporção da população sem acesso à água potável em áreas urbanas, com o percentual da população servida por água de rede geral com canalização interna girando em torno de 92%, em 2008. Além disso, mais de 80% da população urbana conta com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica. A proporção de pessoas residentes em domicílios urbanos com condições de moradia adequadas passou de 51% em 1992 para 66% em 2008.

Os indicadores sociais mostram que o Brasil vai muito bem na média em relação ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e não há dúvidas de que os esforços do governo brasileiro, dos estados e municípios, e da sociedade brasileira vão gerar os resultados que todos nós buscamos.



Relatório do PNUD

Desigualdades, apesar do impressionante progresso

“Maior obstáculo é, ainda, reduzir a concentração de renda. Apenas 1% da população mundial detém 40% da riqueza

“As desigualdades nos níveis de hoje são injustas e, como demonstrado neste relatório ‘Humanidade Dividida’, podem também impedir o progresso humano”

“O relatório explora as causas e as conseqüências das desigualdades que nos dividem – dentro e entre países – e argumenta que o crescimento da desigualdade é evitável”

As declarações são de Helen Clark, Administradora do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), ao analisar os dados do relatório divulgado em janeiro deste ano. O documento aponta que para haver a redução contínua da desigualdade serão necessárias mudanças nos padrões de crescimento. Para permitir a inclusão, esses novos modelos devem estar baseados em políticas redistributivas e que contemplem mudanças nas atuais normas sociais.

Com a constatação que cerca de 40% da riqueza do mundo estão concentradas nas mãos de apenas 1% da população mundial mais rica, enquanto praticamente a outra metade da população do planeta detém apenas 1% de toda essa riqueza, o relatório traz um importante alerta: sem medidas que controlem a flagrante desigualdade, estarão prejudicadas as bases do desenvolvimento e também a manutenção da paz.

Entre 1990 e 2010, a desigualdade de renda teve um aumento de 11% nos países em desenvolvimento. E mais de 75% da população vive hoje em sociedades onde a renda tem distribuição mais injusta do que era na década de 1990.



Brasil é destaque positivo com o aumento do salário mínimo

Apesar do cenário, há evidências que apontam que o crescimento pode realmente acontecer com redução da desigualdade. O Brasil desponta como exemplo positivo, especialmente pelo fato de terem sido implementadas políticas que permitiram o aumento do salário mínimo. Aqui, houve um aumento real do salário mínimo de 80%, entre 2003 e 2010. De acordo com o PNUD, os aumentos do salário mínimo foram responsáveis por um quarto do efeito no mercado de trabalho, resultando em 16% da redução total da desigualdade.

Em matéria divulgada pelo PNUD, no mês de janeiro, mais avaliações que favorecem a situação do país em relação à renda dos trabalhadores: "Esse aumento no salário mínimo também pode ter outras externalidades positivas. Segundo o estudo, há evidências de que, servindo como ponto de referência para as negociações salariais individuais, o salário mínimo pode ajudar a aumentar até mesmo a renda dos trabalhadores informais".

Outras medidas adotadas no Brasil, que contribuem com a redução da desigualdade, de acordo com o PNUD:

- Medidas defesivas contra os fluxos de capital, reduzindo a fragilidade financeira, o risco cambial e as pressões especulativas

- A criação de espaços políticos para a redução da desigualdade, mecanismos que garantem a participação da sociedade civil nos debates sobre os planos nacionais de desenvolvimento e definição de prioridades orçamentárias.

(do editor-dados do PNUD, com informações da ONU Brasil/jan/2014)

Fundação Getúlio Vargas diz que Brasil atinge menor índice de desigualdade social desde 1960

A pesquisa "De volta ao País do Futuro", do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/FGV), revelou que o Brasil atingiu um recorde histórico: em 2012, o país atingiu o menor nível de desigualdade desde 1960, apesar da crise na Europa. No estudo, o índice de Gini – que varia de 0 a 1, sendo menos desigual mais próximo de zero –, caiu 2,1% de janeiro de 2011 a janeiro de 2012, chegando a 0,5190. Essa queda na desigualdade, segundo a FGV, ocorreu três vezes mais rápido que a meta do milênio definida pela ONU. O Brasil ainda está entre os países mais desiguais, mas a projeção da Fundação é que a desigualdade possa continuar em queda. A FGV mostra que a renda familiar per capita média do brasileiro cresceu 2,7% nos 12 meses encerrados em janeiro.



O desafio da agenda de sustentabilidade para o setor privado

Por **Márcia Soares ***

Faltam menos de dois anos para terminar o prazo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e os últimos relatórios mostram que ainda há muito a avançar para o cumprimento de tais metas. Diante deste panorama, a discussão do momento gira em torno de definir o que será o compromisso pós-2015.

Vários movimentos e campanhas foram desenvolvidos para sensibilizar as empresas para os ODM, com destaque para as lideradas pelo Instituto Ethos que, entre outras ações, lançou uma publicação intitulada "O Compromisso das Empresas com as Metas do Milênio", na qual relaciona os princípios dos ODM com os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial.

Em Santa Catarina, o Observatório do Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (FURB) lançou uma cartilha que busca divulgar os ODM e estimular o envolvimento das empresas neste compromisso.

Dentre os temas dos ODM, o que remete à sustentabilidade ambiental despontou como um dos mais estruturantes, apontado pelo próprio Grupo de Trabalho da ONU para a Agenda de Desenvolvimento

Pós-2015. A Rio+20 veio para reafirmar essa tendência, mostrando que a sustentabilidade ambiental é um componente fundamental para chegarmos ao futuro que queremos.

Seja pela motivação de campanhas, pela preocupação com reputação, para melhorar a aceitação de seus produtos pelos consumidores, ou mesmo pela obrigatoriedade legal, as empresas estão se estruturando e cada vez mais consideram as questões socioambientais em seus processos. Buscam diminuir seus impactos no planeta. Algumas foram além da lógica da compensação e já conseguem perceber uma oportunidade de negócio e agregação de valor nessa mudança.

O presidente da Puma, Jochem Zeitz, contratou um estudo no qual mensura o impacto das atividades da empresa sobre os recursos naturais (lixo, água, gases de efeito estufa, poluição do ar, destruição de biodiversidade, erosão do solo...), em toda a cadeia de valor. Se fossem obrigados a compensar todo o impacto causado pela empresa precisariam desembolsar algo em torno de 145 milhões de euros, ou seja, mais da metade do lucro da empresa em 2010.

O estudo derivou no movimento chamado Environmental Profit & Losses (ou EP&L, Lucros & Perdas Ambientais), liderado pelo próprio Zeitz, que busca desenvolver uma contabilidade para mensurar o capital natural. Também resultou em maior investimento em inovação tecnológica pela Puma, em busca de reduzir os custos socioambientais. No ano passado a empresa lançou um tênis e uma camiseta com toda a redução de impactos ligados à sua produção e uso quantificados.



Acesse o Environmental Profit & Loss Account da Puma em: <http://bit.ly/YsbLwg>



Exemplos como este mostram que as organizações rumam para identificar seus impactos negativos e neutralizá-los, além de gerenciarem riscos e mapearem oportunidades. Estudo da consultoria McKinsey diz que 53% dos CEOs das grandes empresas já se preocupam com perdas da biodiversidade.

Para além de mitigar os impactos socioambientais causados pelo seu negócio, a mineradora Vale, segunda maior do mundo, lançou em 2009 um fundo para desenvolvimento de projetos e iniciativas sustentáveis na Amazônia. A ideia era deixar uma contribuição para o planeta, sem vínculo com seus negócios. O Fundo Vale hoje já conta com um portfólio de 28 projetos apoiados, com mais de R\$ 70 milhões comprometidos em ações de combate ao desmatamento e promoção de uma nova economia.

Como bem disse o empresário Jorge Gerdau Johannpeter em um evento, ao ser questionado sobre o papel das empresas na sustentabilidade: “Ainda separamos a sustentabilidade social da econômica

e da ambiental. Mas, no longo prazo, a sustentabilidade econômica não existe sem a sustentabilidade ambiental. Não incorporamos esse raciocínio ainda”.

Não há como voltar atrás. A agenda de sustentabilidade entrou definitivamente para o cotidiano das empresas e as colocam de frente a um grande desafio: adaptar seus processos para diminuir o impacto e agregar valor ao negócio com investimentos socioambientais. Se considerarmos o poder econômico e político deste segmento, há um grande potencial de ganho para o bem da humanidade ainda pouco aproveitado. Apesar de difícil, é um caminho sem volta.

* Márcia Soares é graduada em Comunicação Social pela UFF e mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Atua há 17 anos na área ambiental, em jornalismo, comunicação corporativa e de projetos. Já trabalhou na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e no Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), entre outras organizações. Colaborou como freelancer em vários veículos especializados e desde 2000 faz parte da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental. Atualmente coordena a área de gestão da informação do Fundo Vale.

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou





arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida.

**Trecho da "Carta da Terra"*



Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Diferentes esferas da sociedade debatem agenda posterior aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e procuram tornar a discussão por um mundo sustentável mais participativa

Foi pensando nisso que, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio+20 e que foi realizada em junho de 2012, os líderes mundiais sentiram a necessidade de dar continuidade às ODM. Desta vez, contudo, eles decidiram adotar uma perspectiva mais sistêmica: um olhar crítico ao modelo predominante de desenvolvimento econômico e seus impactos na humanidade e no meio-ambiente.

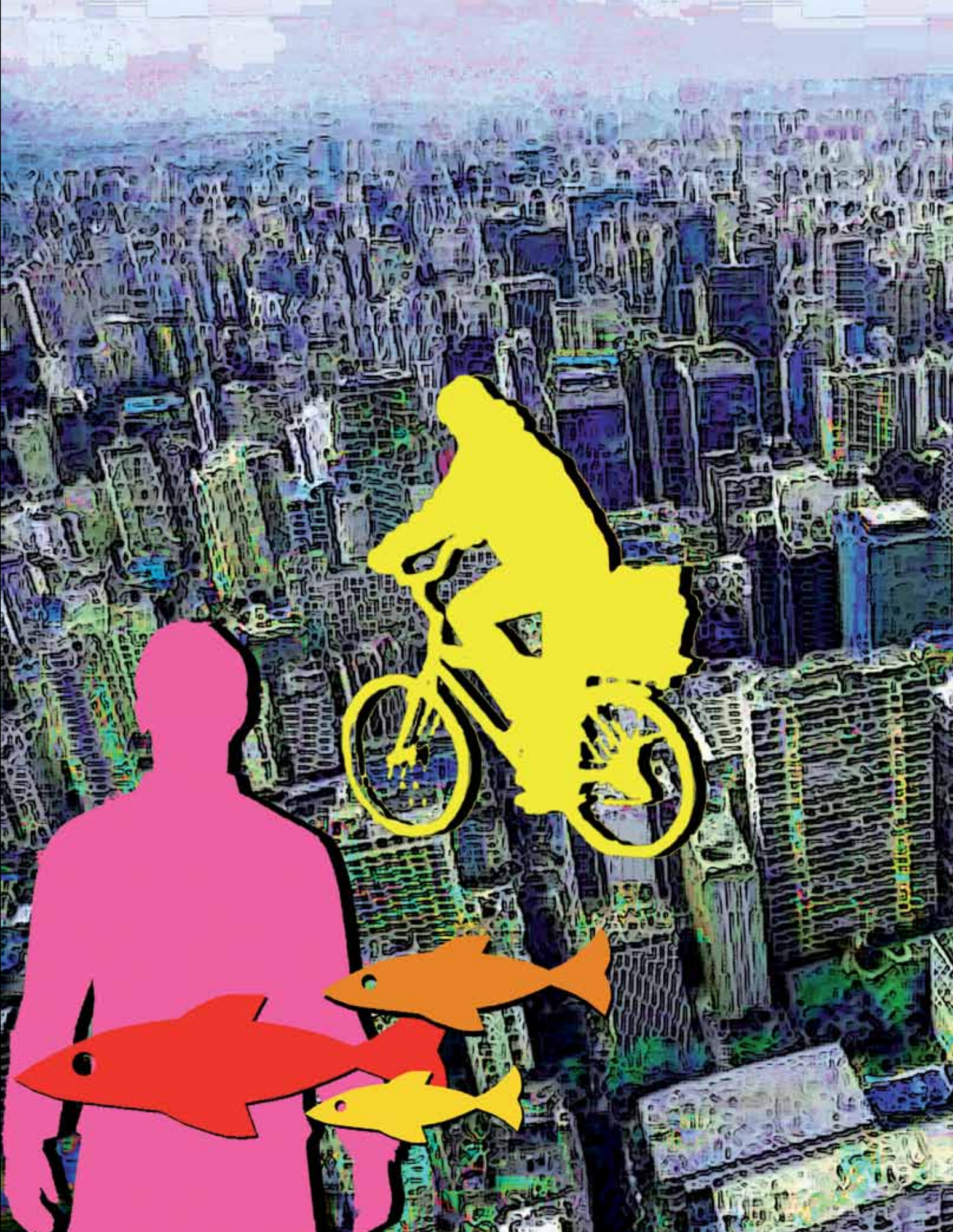
Assim nasceu a ideia dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), metas nos mesmos moldes dos ODM que visam dar continuidade aos sucessos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e corrigir as falhas dos seus precursores após 2015, ano limite das primeiras metas. Mas afinal, o que os ODM e os ODS têm em comum, em que estes dois conceitos se diferem e devem se diferenciar e o que está sendo feito para a transição entre as duas agendas?

Segundo Jeffrey Sachs, assessor especial do

secretário-geral da ONU Ban Ki-moon e um dos responsáveis por desenvolver os oito ODM, em entrevista ao programa Cidades e Soluções, os Objetivos do Milênio foram atingidos apenas parcialmente, e por isso alguns deles, como o número um, que prevê acabar com a fome e a miséria, devem continuar na próxima etapa.

Para o economista, que é também professor de Desenvolvimento Sustentável, Política e Gestão da Saúde e diretor do Instituto da Terra da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, uma das razões pelas quais os ODMs não foram atingidos em sua plenitude foram os próprios países ricos, que prometeram doar cerca de 0,7% de seu produto interno bruto (PIB) às nações mais pobres para ajudá-las a atingirem suas metas, mas não chegaram a contribuir com nem metade disso. “Isso significa que os países pobres não puderam chegar tão longe quanto queriam e podiam atingir”, observou.

“Os ODS vão se seguir aos ODM. Em outras pala-





“O progresso foi muito bom, mas não foi completo.” Com essa frase, o economista Jeffrey Sachs resume bem a atual situação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs): embora apresentem números positivos, como a redução da pobreza extrema pela metade e a queda da mortalidade infantil em 30%, ainda há muito por ser feito para diminuir as desigualdades sociais e garantir um futuro melhor à humanidade”.

bras, não vamos dizer ‘as Metas do Milênio acabaram, vamos fazer algo completamente diferente’. A meta de desenvolvimento número um é acabar com a pobreza extrema. Parece muito claro, nem todos concordam, mas estamos todos comprometidos com isso. Então, vamos continuar combatendo a pobreza, mas as ODS serão diferentes, elas não serão só sobre a pobreza, elas serão sobre uma maior inclusão social, e serão sobre um ambiente sustentável de uma maneira mais central, mais holística”, continuou Sachs.

O economista acrescentou também que, diferentemente dos ODM, as ODS serão mais universais. “Serão aplicadas aos Estados Unidos, aplicadas ao

Brasil, China, Alemanha, assim como a Etiópia ou o Quênia, Gana ou Paraguai ou qualquer outro país. Todos os países precisam assinar, pois é um desafio para cada país do mundo, ser sustentável em sua própria estratégia de desenvolvimento e ser parte da solução global.” Os ODS visam também contemplar aspectos que ficaram de fora dos ODM, como desvalorização cultural, desigualdade espacial e de localidade etc.

E apesar de os ODS ainda não terem sido definidos – eles devem ser determinados até o final de 2015 para darem continuidade aos ODM –, já foram sugeridas dez metas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

Pós 2015 - Possíveis ODS

1. Erradicar a pobreza extrema, inclusive a fome

2. Alcançar o desenvolvimento dentro dos limites planetários

3. Assegurar o aprendizado efetivo de todas crianças e jovens para a vida e a subsistência

4. Alcançar a igualdade de gêneros, a inclusão social e os direitos humanos

5. Alcançar a saúde e o bem-estar para todas as idades

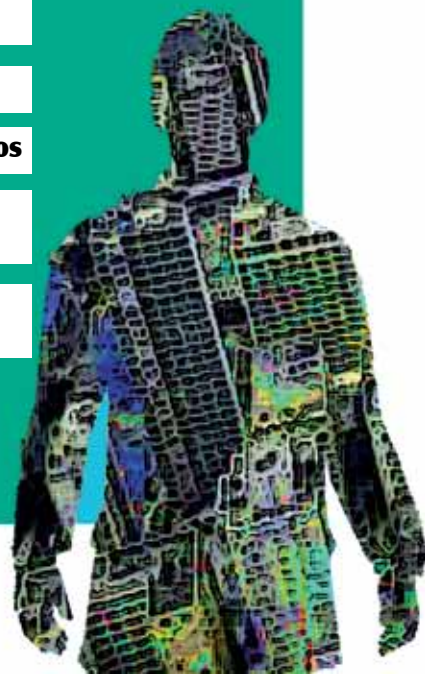
6. Melhorar os sistemas agrícolas e aumentar a prosperidade rural

7. Tornar as cidades mais inclusivas, produtivas e resilientes

8. Refrear as mudanças climáticas e garantir energia limpa para todos

9. Proteger os serviços ecossistêmicos, a biodiversidade e a boa gestão dos recursos naturais

10. Ter uma governança voltada para o desenvolvimento sustentável.





Líderes debatem

Para ajudar a definir os ODS e aumentar a chance de uma aceitação das metas por boa parte dos governos, diversos encontros em nível regional, nacional e internacional têm sido realizados. Em abril de 2013, a Secretaria Geral da Presidência da República promoveu em Brasília o evento 'Diálogo Social: Agenda Pós-2015 e Seguimento à Rio+20'.

O evento contou com a participação de ministros, embaixadores e representantes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para discutir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pós-2015. Luiz Alberto Figueiredo Machado, ministro das Relações Exteriores, ressaltou o papel de liderança que o Brasil pode ter nesse processo.

"O país deverá adotar um modelo de desenvolvimento para acabar com a pobreza, mas precisa também contribuir com o desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental). O Brasil tem vários avanços na contribuição para o desenvolvimento sustentável. Esta mudança é esperada não somente pela sociedade brasileira, mas pelos parceiros internacionais", destacou Machado.

"Temos que ousar e não pensar somente em metas. Precisamos pensar em quais as tecnologias alternativas e fontes de financiamento podem ser utilizadas", concordou Tereza Campello, ministra do Desenvolvimento Social.

"Há um compromisso universal em torno do desenvolvimento sustentável. As obrigações são de todos, por isso a sociedade dos países desenvolvidos deve participar destas discussões. Caso contrário, as obrigações recairão sobre os países em desenvolvimento", alertou Izabella Teixeira, ministra do Meio Ambiente.

O futuro que queremos

Ao contrário de muitos outros processos de decisão internacional, a definição está contando com um pouco mais de participação da sociedade civil. A consulta MEU Mundo (MY World) já recolheu votos em todo o mundo para descobrir quais são, para o

público global, os seis pontos mais importantes que devem ser implementados após o prazo final dos ODMs.

Através de cédulas de papel (44,5% de todos os votos), site (30%) e SMS (25,5%), a pesquisa já consultou mais de quase 1,6 milhão de pessoas. No Brasil, mais de 40 mil pessoas já disseram à ONU quais são suas prioridades para um mundo melhor. Os resultados da pesquisa, portanto, auxiliarão a elaboração da agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Os relatórios por país (MY World Country Report) buscam destacar as prioridades escolhidas pelos entrevistados a nível nacional, a fim de que os líderes de cada país tenham acesso a essas informações enquanto começam a planejar a nova agenda de desenvolvimento global.

De acordo com o Relatório Nacional: Brasil, a ordem prioritária das questões de desenvolvimento para os brasileiros são: educação de qualidade; melhorias do serviço de saúde; governo honesto e atuante; proteção contra o crime e a violência; proteção a florestas, rios e oceanos; e acesso a alimentos de qualidade.

Globalmente, as seis prioridades apontadas pelo público foram, na ordem, uma boa educação, melhores condições de saúde e de trabalho, governo honesto e atuante, mais acesso a alimentos de qualidade e melhor saneamento básico.

"A grande pergunta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é: como vamos assegurar que em 2050 as pessoas tenham uma vida sustentável?", concluiu André Corrêa do Lago, embaixador do Brasil no Japão.



SOMAR



Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados, e juntos podemos forjar soluções includentes.



Cada um compartilha da responsabilidade pelo presente e pelo futuro, pelo bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos.



DIVIDIR

**Trecho da "Carta da Terra"*



Um movimento pela construção do mundo que queremos

A força e legitimidade do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade está na diversidade e combinação harmônica e democrática entre os atores que o integram. É uma experiência inédita no mundo. Criado em 2004, o movimento é caracterizado pelo tripartismo, cuja base é formada por governo, empresas e sociedade civil, que trabalham de maneira articulada para a implementação de ações visando atingir as Metas do Milênio, promovidas pelo PNUD-ONU. Além da composição de atores diferenciados, o movimento também tem como marca a atuação apoiada na ação voluntária de seus participantes. É uma característica que o diferencia de outras iniciativas na sociedade, baseadas em instituições e estruturas representativas de classe. Este diferencial proporcionou ações regulares no país todo em prol

dos ODM, mas, ao mesmo tempo, trouxe desafios em termos da sua governança.

O MNCS desenvolve ações em âmbito nacional, desde o início. Mas, de acordo com estudo apontado no Relatório “Subsídios para Ação e Gestão do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade”, do Prof. Dr. Ronaldo Baltar – Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR), em dezembro de 2013, os desafios que estão colocados são os seguintes:

- Como conciliar voluntarismo, que é a base do movimento, com a estrutura organizada em Núcleos, necessária para a articulação nacional do movimento?
- Como exercer o tripartismo, traçando ações comuns em prol dos ODM para atores sociais com visões e estratégias de ações diferentes?

Estratégias para consolidação e nacionalização do movimento:

- Prêmio ODM Brasil
- Constituição do Colegiado Nacional
- Fortalecimento dos Núcleos estaduais, regionais e municipais
- Atividades de capacitação e uso de instrumentos como o Portal Social
- Agenda de Compromissos e O Termo de Adesão ao MNCS



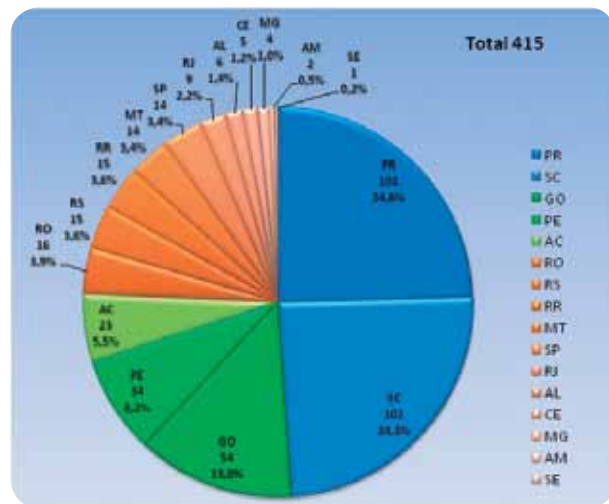
Terceiro Encontro Nacional do MNCS - Brasília/DF, 10 a 13 de novembro de 2013.

- Como gerenciar uma estrutura nacional, com peso na participação dos estados, mas que tem o foco em ações locais/municipais?

As repostas a esses desafios já se apresentam na proposta de estratégia do MNCS em 2012 e 2013, com a busca de municipalização dos ODM, o fortalecimento dos Núcleos Estaduais, Regionais e Municipais e a ênfase na construção dos espaços de diálogo como eixo das ações de mobilização do movimento. Os dados sobre o MNCS definirão a forma e o ritmo como o movimento está se articulando a partir desses desafios.

O MNCS utiliza diversas estratégias e ferramentas para realizar as ações em prol dos ODM: núcleos estaduais, regionais e municipais, cursos de capacitação nas regiões do país, materiais de comunicação, uma direção colegiada nacional, um Termo de Adesão para o seu fortalecimento institucional e ferramentas de apoio como o Portal dos ODM e a Agenda de Compromissos voltada especialmente as administrações municipais.

O Termo de Adesão pode ser feito por qualquer entidade parceira, empresas, governos e organizações não governamentais. Do mesmo modo que a Agenda, o Termo de Adesão cumpre o papel de fortalecer a organização do movimento ao mesmo tempo em que garante certa formalização para a capacidade



A expansão do Movimento é maior a cada ano. Na ilustração, veja como está a participação nos estados.

organizativa. Contudo, o Termo de Adesão é um instrumento próprio do MNCS, reflete a participação voluntária e amplia o caráter plural do movimento.

O crescimento do número de Termos de Adesão pode servir de indicador da consolidação do movimento. A ilustração apresenta a quantidade de entidades que assinaram o termo por Estado. Embora seja uma iniciativa muito recente, que não tem nem um ano de implantação, já podemos constatar um número expressivo de 415 organizações havia aderido formalmente ao Movimento até dezembro de 2013.



José Fortunatti, Prefeito de Porto Alegre, assina o termo de adesão ao Movimento em 2013.



Histórico Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade

Nossa visão

O Brasil como referência mundial no alcance dos ODM, com a participação integrada de governos, empresas e sociedade civil.

Nossa missão

Mobilizar e articular os três setores da sociedade para realizar ações em prol dos ODM.

A história do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade/Nós Podemos: em 10 fatos marcantes

Ano 2000: “Eliminar a fome e a extrema miséria do planeta até 2015”: desafio assumido na Cúpula do Milênio, em Nova Iorque, por líderes de 191 países

Ano 2004: Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade e Campanha Nacional Nós Podemos: 8 Jeitos de Mudar o Mundo .

Ano 2005: 1ª Edição do Prêmio ODM Brasil. Difusão dos ODM no Brasil

Ano 2006: Início do processo de criação dos Núcleos ODM Estaduais - 1º Núcleo: Nós Podemos Paraná

Ano 2007: 2ª Edição do Prêmio ODM Brasil. Disseminação do ODM e organização de núcleos

Ano 2008: Disseminação do ODM e organização de núcleos

Ano 2009: Portal ODM e Núcleos ODM Estaduais. 3ª Edição do Prêmio ODM Brasil.

Ano 2009: 1º Seminário de Planejamento - Definição de 15 macroações . 3ª Edição do Prêmio ODM Brasil.

Ano 2010: Assinatura do Memorando de Entendimento com o PNUD (Projeto ODM Brasil 2015). Prioridade à municipalização dos ODM. Disseminação do ODM e organização de núcleos

Ano 2011: 4ª Edição do Prêmio ODM Brasil. Disseminação do ODM e organização de núcleos

Ano 2012: 2º Encontro Nacional. Eleição do Colegiado Nacional. Disseminação do ODM e organização de núcleos estaduais

Ano 2013: 5ª Edição do Prêmio ODM Brasil. Termo de Adesão ao MNCS e apoio técnico e financeiro aos Núcleos ODM Estaduais (Projeto ODM Brasil 2015). 3º Encontro Nacional e eleição do Colegiado Nacional. Organização dos Colegiados Estaduais. Discussão sobre a Agenda Pós-2015 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Ano 2014: Organização dos Núcleos Estaduais. Planos de Ação Estaduais, capacitação nacional e nas Macrorregiões. Discussão sobre a Agenda Pós-2015 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

O PRÊMIO ODM CHEGA À 5ª EDIÇÃO



Neste ano, foram definidos 30 projetos e iniciativas de prefeituras e organizações da sociedade civil vencedoras do Prêmio ODM Brasil. A escolha dos premiados foi feita por um júri composto por 16 especialistas de todo o país, após reunião realizada na Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

O Prêmio ODM é uma iniciativa pioneira no mundo e foi criado em 2004 com a finalidade de incentivar ações, programas e projetos que contribuem efetivamente para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). O Prêmio é coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com o Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e com o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade. A coordenação técnica do Prêmio é de responsabilidade do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). A cerimônia de premiação dos 30 contemplados acontecerá no dia 23 de maio, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília.

Nesta edição, o Prêmio ODM Brasil recebeu 1.090 práticas inscritas – sendo 804 de organizações e 286 de prefeituras. Do total das inscrições, 65 práticas foram pré-selecionadas e visitadas in loco por um

Comitê Técnico integrado por representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Enap. A avaliação foi baseada nos seguintes critérios: contribuição para o alcance dos ODM; caráter inovador; possibilidade de tornar-se referência para outras ações similares; perspectiva de continuidade ou replicabilidade; integração com outras políticas; participação da comunidade; existência de parcerias; e manutenção da qualidade nos serviços prestados. Das 65 iniciativas pré-selecionadas, cinco são da região Centro-Oeste, 19 do Nordeste, nove do Norte, 21 do Sudeste e 11 do Sul. Em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio contemplados, as práticas dividem-se da seguinte forma: Objetivo 1 (14 iniciativas), Objetivo 2 (11 iniciativas), Objetivo 3 (9 iniciativas), Objetivo 4 (3 iniciativas), Objetivo 5 (5 iniciativa), Objetivo 6 (5 iniciativas), Objetivo 7 (11 iniciativas), Objetivo 8 (7 iniciativas).

O júri de especialistas é composto pelas seguintes personalidades: Ademar Kyotoshi Sato, Aldalice



Moura da Cruz Otterl, Ana Maria Medeiros da Fonseca, Dalberto Adulis, Demetrius Demetrio, Denise Dourado Dora, Fernanda Lopes, Márcio Lopes Correa, Marcos Magano Frota, Maria Betânia Ávila, Maria do Socorro de Souza, Maria Emília Lisboa Pacheco, Maristela Marques Baioni, Patrus Ananias de Sousa, Sérgio Francisco Piola, e Suely Mara Vaz Guimarães.

Seminários

Nesta 5ª edição foram realizados seminários em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, além de seminários regionais, com o objetivo de estimular gestores públicos, organizações sociais e a população em geral a desenvolver e inscrever projetos alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, disseminar a política de municipalização dos ODM e divulgar a 5ª edição do Prêmio ODM Brasil.

Conheça as práticas vencedoras da 5ª edição do Prêmio ODM Brasil:

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

- Agência de Desenvolvimento Econômico Local (Adel) / Pentecoste (CE) Prática: Programa Jovem Empreendedor Rural (PJER)
- Associação Bujaruense dos Agricultores e Agricultoras (ABAA) / Bujaru (PA). Prática: Esperança Verde.
- Cooperativa Oestebio / São Miguel do Oeste (SC). Prática: Inclusão Produtiva, Combate à Fome e à Miséria.
- Instituto Cultural e Ambiental Rosa e Sertão / Chapada Gaúcha (MG). Prática: Projeto Turismo Ecocultural de Base Comunitária no Mosaico Sertão Veredas-Peruçu
- Núcleo Incubador de Empresas de Pindorama / Coruripe (AL). Prática: Projeto de Impulsão e Fortalecimento dos Micros e Pequenos Negócios de Pindorama.
- Associação Caatinga / Fortaleza (CE). Prática: Projeto No Clima da Caatinga.

- Assoc. Concern Universal Brasil/João Pessoa (PB) Prática: Projeto Mulheres Rurais: Autonomia e Empoderamento no Cariri Paraibano.
- Associação da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú / Flores (PE). Prática: Rede de Mulheres para a Comercialização Solidária.
- Associação de Amigos da Criança com Câncer de Mato Grosso / Cuiabá (MT). Prática: Mais Música, Mais Leitura, Mais Esperança.
- Associação Fênix / Curitiba (PR). Prática: Programa de Atendimento à Criança e ao Adolescente (Paca).
- Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro / Curitiba (PR) . Prática: Setor de Educação e Cultura do Hospital Pequeno Príncipe (Educ).
- Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (Cetra) / Fortaleza (CE). Prática: Rede de Agricultores (as) Agroecológicos (as) do Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu.
- Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) / Viçosa (MG). Prática: Projeto Mulheres e Agroecologia em Rede.
- Cooperativa de Trabalho do Acre (Cootac) / Rio Branco (AC). Prática: Projeto Construção Participativa e Sustentabilidade Hídrica.
- Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) / Salvador (BA). Prática: Programa Ação para Crianças.
- Fundação Amazonas Sustentável (FAS) / Manaus (AM). Prática: Programa Bolsa Floresta.
- Fundação Social Raimundo Fagner / Fortaleza (CE). Prática: Projeto Aprendendo com Arte.
- Grupo Curumim – Gestação e Parto / Recife (PE). Prática: Inclusão e Reconhecimento das Parteias Tradicionais ao Sistema Único de Saúde.
- Grupo de Apoio às Comunidades Carentes/

Fortaleza (CE). Prática: Projeto Educação Integrada.

- Instituto Crescer – Movimento Cidadania e Juventude / Itajaí (SC). Prática: Projeto Crescer Conversando com Adolescentes.

- Seju/Penitenciária Estadual de Maringá / Maringá (PR). Prática: Visão de Liberdade.

- Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh) / Rio de Janeiro (RJ). Prática: Adapta Sertão – Tecnologias Sociais de Adaptação à Mudança Climática.

- Instituto de Educação Portal (IEP) / Pacajus (CE). Prática: Projeto Transformando Vidas Através da Educação Integral

PREFEITURAS

- Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim (ES). Prática: Formalização dos Pequenos Negócios e

Apoio ao Empreendedor Individual.

- Prefeitura de Governador Valadares (MG). Prática: Escola em Tempo Integral.

- Prefeitura de Maracanaú (CE). Prática: Rede de Segurança Alimentar e Nutricional: A Garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada em Maracanaú.

- Prefeitura de Novo Hamburgo (RS). Prática: Programa Catavida.

- Prefeitura de Rio Branco (AC). Prática: Projeto de Gestão Compartilhada da Produção de Composto Orgânico.

- Prefeitura de Vitória da Conquista (BA). Prática: Redução da Transmissão Vertical do HIV.

- Prefeitura de Rio Branco (AC). Prática: Acompanhamento das Crianças Menores de Um Ano Nascidas no Município de Rio Branco.



Premiação da Edição ODM/2012



REGSA 2014

No dia 7 de maio, realizou-se em Florianópolis a Conferência Internacional de Geração de Energias Renováveis na América do Sul (REGSA 2014), que teve como objetivo destacar a importância da inovação na geração de tecnologias e na promoção do desenvolvimento sustentável. O Secretário Executivo Adjunto do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade (MNCS), Odilon Luís Faccio, esteve presente no evento para falar sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) e sua relação com o tema do REGSA.



Ministério Público pela Educação

O Ministério Público Federal (MPF) lançou no dia 8 de abril, em parceria com o Ministério público dos estados, o projeto 'Ministério Público pela Educação' (MPEduc), cujo principal objetivo é compreender as deficiências do serviço público de educação básica apresentar aos gestores públicos, por meio de recomendações, soluções para os problemas identificados. Até o momento, o projeto foi executado como piloto em oito municípios, e já é possível ver melhorias. O MNCS irá cooperar com o projeto através da integração nas ações realizadas pelo MPF.

www.mpeduc.mpf.mp.br

Novas adesões

Em abril, foram realizadas novas adesões ao MNCS. Em Tocantins, o movimento passou a contar com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Tocantins (Sebrae/TO), da Organização das Cooperativas no Estado do Tocantins (OCB/TO) e do Serviço de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins (SESCOOP/TO). Em Sergipe, foram quatro adesões: Hotel Riverside Premium Aracaju, Sindicato dos Eletricitários de Sergipe (Sinergia), Sub-Secretaria de Estado de Articulação com os Movimentos Sociais e Instituto Canarinhos do Sergipe.

Rotaract Club e MNCS

No final de março, o Rotaract Campo Grande foi o primeiro Rotaract Club do Brasil a assinar o Termo de Adesão ao MNCS em prol dos oito ODMs. Com a assinatura do termo de adesão, o Rotaract se comprometeu a: conhecer e divulgar os indicadores dos ODMs em nível estadual e municipal; incorporar em sua estratégia organizacional projeto e atitudes que contribuam para os objetivos; participar da mobilização e articulação do Núcleo ODM de seu estado e município em parceria com os três setores da sociedade; conhecer e apoiar a implementação das políticas públicas correlacionadas com os objetivos; etc.

1º Fórum Municipal dos ODMs

A cidade de Blumenau recebeu no dia 2 de abril o 1º Fórum Municipal dos ODMs, realizado pelo Movimento Nós Podemos Blumenau. O Fórum contou com a Palestra “Os ODMs para melhorar a vida das pessoas” e com o painel “ODMs na Comunidade”, que associaram os papéis e atuação das empresas, instituições e poder público. Movido pela interação dos participantes, o círculo de diálogos contou com a participação de cerca de 120 lideranças locais, que levantaram prioridades e ideias de melhorias para o município.

Novas adesões [2]



Novas adesões ao MNCS também ocorreram em março nos estados de Roraima e do Pará. Em Roraima, passaram a apoiar o movimento a empresa Parallella Engenharia, a creche Centro Educacional Infantil Príncipe Encantado e o Rotary Club Boa Vista. Já no Pará, as novas adesões foram: Prefeitura Municipal de Barcarena, Consórcio de Desenvolvimento Socioeconômico Intermunicipal (Codesei), Instituto Barcarena Socioambiental (IBS), Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas de Barcarena (Sindquímicos), Associação dos Beneficiários do Programa Bolsa Família, Conselho Municipal de Defesa da Mulher (CMDM), Associação dos Moradores do Bairro Guamá (AMBG), Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará (FAMEP), Associação dos Amigos da Terra Firme (AATF), Prefeitura Municipal de Belém, Fórum Paraense de ONGS AIDS e HIV, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comdac), União Mulheres de Benevides, Associação Agrícola da Terra Firme (Asproter), Instituto Ambient (IA), Bloco Carnavalesco Cultural Carnabada, Federação de Entidades e Movimentos Sociais de Ananindeua e Prefeitura Municipal de Óbidos.



O desafio é reduzir os índices de mortalidade materna no Brasil

Números recentes revelam que houve avanços no país e cada vez menos mulheres morrem em decorrência de complicações na gravidez ou no parto. No entanto, para que as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) sejam cumpridas até 2015, é preciso intensificar políticas públicas que possibilitem a redução em 75% o número de óbitos registrados em 1990, quando o indicador de mortalidade materna era de 141 gestantes mortas a cada 100 mil bebês nascidos com vida (os dados são do Ministério da Saúde).

OMS: Brasil reduz mortalidade materna em 43% de 1990 a 2013

Dois informes da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que o Brasil e mais dez países latino-americanos conquistaram avanços significativos na redução de mortes relacionadas à gravidez ou parto de 1990 a 2013. Mundialmente, taxas também estão em queda, embora doenças crônicas e outras condições médicas preexistentes ainda sejam um problema grave.

O Brasil reduziu sua taxa de mortes maternas em 43% desde a década de 90. Outros países mencionados pelo relatório são Peru (64%), Bolívia e Honduras (61% cada), República Dominicana (57%), Barbados (56%), Guatemala (49%), Equador (44%), Haiti (43%), El Salvador (39%) e Nicarágua (38%). A OMS alerta que, ainda assim, nenhum dos países da região tem condições de alcançar meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) de reduzir 75% a taxa mortalidade materna até 2015.

“Juntos, esses dois relatórios destacam a necessidade de investimentos em soluções comprovadas para a saúde feminina, como o cuidado de qualidade durante a gravidez e o parto e uma atenção redobrada para grávidas com problemas médicos preexistentes”, disse Flavia Bustreo, diretora-geral assistente do programa da OMS sobre a Saúde das Crianças, Mulheres e da Família.

O progresso, no entanto, não diminui o peso das

Organização também vê progressos em países como Peru, Bolívia, Honduras, República Dominicana, Barbados, Guatemala e Equador



9,3 mil mulheres latino-americanas e caribenhas que morreram em 2013 por causas relacionadas à gravidez – em 1990, foram mais de 17 mil mortes.

“Temos salvado a vida de muitas mães pelas Américas, e estamos bastante satisfeitos com isso”, disse Suzanne Serruya, diretora de centro regional de saúde obstetrícia da OMS. “Mas o número de mortes no ano passado continua inaceitável, e significa que teremos um grande desafio em reduzir essas cifras ainda mais.”

No cenário mundial, o relatório estima 289 mil

de redução – seis na Ásia, quatro na África e um na Europa (Romênia).

Apesar disso, as disparidades regionais continuam extremas. “Uma garota de 15 anos na África subsariana têm uma chance em 40 de morrer devido à gravidez ou ao parto em algum ponto de sua vida, enquanto a mesma garota vivendo na Europa tem uma chance em 3,3 mil”, disse Geeta Rao Gupta, vice-diretora executiva do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Causas da morte materna

Adicionalmente, o segundo relatório da OMS, com foco nas causas globais das mortes maternas, destaca o impacto que condições médicas preexistentes – como diabetes, aids, malária e obesidade – têm sobre a saúde da gravidez, sendo responsáveis por 28% das mortes deste tipo no mundo. Esta proporção é similar a das mortes por hemorragias graves durante gravidez ou parto, que isoladamente é a principal causa da morte materna no mundo.

Entre mais de 60 mil disfunções maternas em 115 países, as causas de morte materna estão distribuídas da seguinte forma:

“Temos salvado a vida de muitas mães pelas Américas, e estamos bastante satisfeitos com isso”,

mortes maternas pelas mesmas complicações em 2013 – uma queda de 45% se comparado aos 523 mil óbitos em 1990. Considerando-se o 5º ODM, apenas onze países já conquistaram a meta de 75%

- Hemorragia grave (especialmente durante e depois do parto): 27%
- Hipertensão na gestação: 14%
- Infecções: 11%
- Parto obstruído e outras causas diretas: 9%
- Complicações de abortos: 8%
- Coágulos sanguíneos (embolias): 3%

Fonte: Organização das Nações Unidas / ONU Brasil / Secretaria de Políticas para as Mulheres

Existem momentos em que precisamos escolher entre o que é fácil...



Estamos diante de um momento crítico na história da terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro reserva, ao mesmo tempo, grande perigo e grande esperança. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos nos juntar para gerar uma sociedade sustentável global fundada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade de vida e com as futuras gerações.

Carta da Terra



...e o que é certo.



Agenda pós-2015

A construção do futuro que queremos



Por **Jorge Chediek***

Desde a adoção da Declaração do Milênio de 2000 por todos os Estados-Membros da Organização das Nações Unidas, o mundo assumiu o compromisso de alcançar, até 2015, os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Com isso, os ODM passaram a definir um marco comum de prioridades para a comunidade internacional. Ao longo destes anos, o Brasil ganhou posição de destaque entre os protagonistas na adoção de políticas e iniciativas em prol do alcance destas metas.

Com o prazo de 2015 se aproximando rapidamente, o Secretário-Geral da ONU convocou a realização de consultas abertas e inclusivas, com o objetivo de levantar as prioridades sobre a agenda de desenvolvimento e as possíveis soluções para os principais problemas globais. Desde então, o Sistema ONU esteve incumbido de estimular este debate global e organizar uma nova agenda de desenvolvimento pós-2015.

No Brasil foram realizadas 14 consultas presenciais, cinco encontros regionais e coletados mais de

3.800 questionários qualitativos.

O Brasil foi um dos 50 países escolhidos para realizar esta consulta no âmbito nacional, e outros 26 países se candidataram espontaneamente para participar deste processo. O processo das consultas brasileiras, iniciado em dezembro de 2012, foi coordenado pela ONU – sob a liderança do PNUD – em parceria com a Secretaria Geral da Presidência. Foram 14 consultas presenciais, agregando grupos específicos da sociedade civil: juventude, refugiados, travestis e transexuais, indígenas, afrodescendentes, pessoas em situação de rua, jovens mulheres, centrais sindicais, entre outras. Também, com apoio do Movimento Nós Podemos, foram realizados cinco encontros regionais, com grande diversidade de setores, grupos e classes sociais, além da participação dos governos estaduais.

Além disso, foram coletados mais de 3.800 questionários qualitativos, englobando os mais diversos segmentos da sociedade brasileira: cidadãos, movimentos sociais, ONGs, empresas, universidades e muitos outros grupos. Na consulta on-line, até meados de abril, o Brasil estava como segundo colocado com maior número de votos, atrás apenas da Nigéria.

Este complexo processo de consulta nacional, além de gerar dados relevantes para o desenvolvimento de programas nacionais e internacionais, é também um importante mecanismo de participação e engajamento social. O relatório final contendo os resultados deste esforço coletivo será enviado ainda em maio à sede das Nações Unidas por todos os países envolvidos, mas o rico diálogo gerado pelas consultas deverá continuar não só para o desenvolvimento da agenda global, mas também para a sua implementação no pós-2015.

* Representante Residente, PNUD Brasil. Coordenador Residente, Sistema ONU Brasil

TERRA, NOSSO LAR

A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A terra, nosso lar, é viva como uma comunidade de vida incomparável. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade de vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todos os povos. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da terra é um dever sagrado.

Trecho da Carta da Terra



**8 JEITOS DE
MUDAR O MUNDO**



MOVIMENTO NACIONAL PELA COORDENAÇÃO E SOLIDARIEDADE

UM MUNDO



DEPENDE DE NÓS
QUEM JÁ FOI OU AINDA É
CRIANÇA
QUE ACREDITA OU TEM
ESPERANÇA



QUE OS VENTOS CANTEM
NOS GALHOS
QUE AS FOLHAS BEBAM
ORVALHOS
QUE O SOL DESCORTINE
MAIS AS MANHÃS



DEPENDE DE NÓS
SE ESSE MUNDO AINDA
TEM JEITO



APESAR DO QUE
O HOMEM TEM FEITO
SE A VIDA SOBREVIVERÁ



* arte produzida a partir de canção de Ivan Lins



QUE OS VENTOS CANTEM
NOS GALHOS
QUE AS FOLHAS BEBAM
ORVALHOS
QUE O SOL DESCORTINE
MAIS AS MANHÃS



QUEM FAZ TUDO PRA
UM MUNDO MELHOR



DEPENDE DE NÓS*

MELHOR

**8 JEITOS DE
MUDAR O MUNDO**



MOVIMENTO NACIONAL PELA CIDADANIA E SOLIDARIEDADE



Vote pelas mudanças que podem
fazer o seu mundo melhor.

As Nações Unidas e seus parceiros
querem ouvir VOCÊ! MEU Mundo é
uma pesquisa global que quer sua
ajuda na escolha das prioridades
para um mundo melhor. Os
resultados serão compartilhados
com líderes mundiais na definição
da próxima agenda de
desenvolvimento global.

**Conte-nos sobre o mundo que você quer.
Levante sua voz!**



www.myworld2015.org/?lang=pr